

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO GARIMPO DE POCONÉ - MT

*José Manuel Marta*¹

RESUMO: Este Artigo trata de atividades garimpeiras em Poconé, Mato Grosso, no período de 1985 a 1995, período no qual o garimpo respondeu mais fortemente pela geração de renda da população em emprego informal no Estado. Caracteriza-se o trabalho semi-mecanizado de aproveitamento dos rejeitos dos “rabos de bica” no processo industrial de recuperação com moinhos de martelo e de bola. Ademais, procura-se discutir o crescimento populacional decorrente da atração do garimpo e da população garimpeira ao longo do período.

Palavras-Chaves: Garimpo e relações de produção.

I. Introdução

Poconé é uma pequena cidade da região do Pantanal mato-grossense. Sua atividade econômica sempre esteve baseada na Pecuária extensiva e no garimpo. Pinto (1979) cita São Pedro Del Rey, nome colonial e Imperial do Município, como região produtora de ouro. Na última década dos oitenta, graças ao preço alcançado pelo metal, a cidade teve crescimento populacional decorrente da evasão rural, desestruturando a pecuária tradicional de cria e recria e pequena agricultura (Figueiredo,1994). Nesse processo populações da região Sul, como Rio Grande do Sul e Santa Catarina e do Nordeste, como Maranhão, vieram atuar no processo de produção mineral, aumentando a informalidade do trabalho regional.

Por outro lado, naqueles anos, os impactos causados pela atividade garimpeira permitiram escavações ao “arrepio” da lei e com a complacência de políticos e administradores regionais. O trabalho era pautado pela insegurança, com doenças, mortes e conflitos, até retomar a

¹ Professor Adjunto do Dep. de Economia da UFMT e Doutor em Planejamento de Sistemas Energético da FEM/UNICAMP.

calma proporcionada pela pecuária e pela queda dos preços do ouro, causada pela nova política do governo, desinteressada do ouro e exposta aos interesses internacionais.

II. O Garimpo Revisitado

A chamada exaustão do minério primário, principalmente na região de Poconé, relaciona-se principalmente à política de preços empreendida pelo governo federal no início da última década dos noventa. A disponibilidade de equipamento e a forma predatória com que se realizou o primeiro processo de extração fez com que houvesse maior incremento de mecanização para reaproveitamento dos rejeitos, considerados até então como “rabo de bica”. Contribuiu para esse fato a maior extração de ouro eluvional na qual a atividade dos “filãozeiros” é essencial, cujo trabalho ocorre em minas subterrâneas, onde se extrai o minério incrustado na rocha. Esses locais são denominados de filões.

O reprocessamento do “rabo de bica” torna-se possível quando o garimpo está equipado com moinho de martelo para quebrar a pedra e com moinho de bola para a pulverização do rejeito. Esse equipamento, naturalmente, implica em investimento. A instalação desses moinhos, quando considerados de pequeno porte, requer desembolso de no mínimo R\$150.000,00².

Outro fator importante para a realização da operação de aproveitamento é a disponibilidade de energia. Em geral os garimpos operam com óleo Diesel em motores geradores de eletricidade. Havendo rede de distribuição de eletricidade, elimina-se o uso de derivados de petróleo para a geração de energia elétrica. A eletrificação dos garimpos, por oportuno, permitiu que alguns Municípios fossem considerados como grandes consumidores industriais de energia elétrica no Estado. Além disso, o consumo de energia industrial tem preços subsidiados pela população para desenvolver essa atividade, degradante do meio ambiente físico.

² Os preços registrados em reais são equivalentes ao dólar americano de 1995, havendo equivalência entre as moedas.

A estimativa do volume de rejeitos disponíveis na Baixada Cuiabana, especialmente Poconé e Nossa Senhora do Livramento, considerando os conjuntos mecânicos implantados em 1996 para a apuração do ouro, permitiu à atividade continuar operando entre cinco a sete anos ao longo de 24 horas por dia durante 365 dias do ano. Esse trabalho resume-se ao carregamento de caminhões ou transporte por pá carregadeira até a rampa para alimentação dos moinhos onde o rejeito é novamente processado.

Esse sistema está totalmente mecanizado e convive com tipo de trabalho estritamente individual e manual: a atividade dos “filãozeiros”. Nesse processo a extração do material mais rico realiza-se em local onde o uso de máquinas torna-se deficitário e inadequado. A rudimentar utilização de princípios da mineração industrial conhecida como “*shaft*” tem sido implementada nessas operações.

A devastação superficial apresenta-se nas crateras, escavadas no primeiro processo de catação garimpeira, agora mecanizada, atingindo o solo e o subsolo, podendo alcançar mais de 100 metros de extensão e atingindo em torno de 25 metros de profundidade, até paisagens lunares, onde se nota ausência de vida de qualquer natureza, por vários quilômetros. Na parede dessas crateras os “filãozeiros” cavam galerias subterrâneas, chamadas mina, “*shaft*” ou buraco de filão.

Constitui-se como processo de trabalho dos “filãozeiros” as etapas fora e dentro da “mina”. As etapas fora da “mina” são aquelas ao ar livre, antes de iniciar o trabalho no interior do solo e subsolo, onde ocorre a escavação e a desincrustação do ouro.

Fora do poço ocorre o reforço das pontas das picaretas e alavancas, em pequena forja de uso coletivo, cujo trabalho é realizado por cada um que desce para a operação de escavação. O preparo das ferramentas realiza-se na verdade na forma de metalurgia artesanal, com eletrodos incandescentes aplicados sobre a ferramenta, permitindo a criação de ligas metálicas mais resistentes que as forjadas ou estampadas para uso na mineração nos instrumentos agrícolas ou na construção civil.

Para o trabalho no fundo do poço, portanto dentro da mina, existe elevador rústico constituído por cabo de aço de aproximadamente 3/8 de polegada amarrado a um pneu de motocicleta no qual o trabalhador se

senta. Com uma mão, o trabalhador segura a picareta ou outro instrumento pontiagudo junto ao peito ou estômago e, com a outra mão, segura o cabo de aço. A retirada do minério também é realizada desse modo, substituindo-se o pneu por pequena caçamba ou balde.

Nas galerias o transporte da rocha extraída é feito com carrinhos de mão, empurrados em espaços insignificantes. A iluminação do guincho transportador das pessoas ocorre através de cabos espalhados pelo pátio. Nesse ambiente, usa-se lâmpada permanentemente acesa, cujo objetivo é monitorar a existência ou não de energia na parte subterrânea.

Essa forma de extração de mineral feita pelos “filãozeiros” permite a retirada de 50 a 60 Kg de ouro por semana, o que significa aproximadamente R\$500.000,00 a R\$600.000,00 brutos, segundo informações oficiais colhidas na região de Poconé. Há, entretanto, que se considerar custos com energia, transporte do material e alimentação dos trabalhadores. A remuneração pelo trabalho é feita em parceria. Na distribuição dos resultados, 65% da renda destina-se ao capitalista, de quem os custos são extraídos e 35% aos trabalhadores, como remuneração pelo trabalho.

O reaproveitamento apresenta-se como processo economicamente mais rentável. Trata-se de processo de produção onde se reutilizam os rejeitos do garimpo manual ou mecanizado, pretendendo-se dar caráter reparador ao ambiente. Esses rejeitos de fato são descartados, pressupõe-se a não existência adicional de metal a extrair. Por outro lado, observa-se no processo de extração, sejam quais forem as tecnologias empregadas, alguns equívocos no cumprimento da legislação ambiental na reposição da natureza. Enfatiza-se, por conseguinte, dessa forma, a crença de que o processo manual tem caráter predatório e reforça-se a avaliação da insuficiência de renda para fazer frente aos custos remuneradores do trabalho e do capital, inviabilizando-se, destarte, a reposição ambiental.

O reaproveitamento dos rejeitos minerais nos antigos “rabos de bica”, utilizando-se processo que inclui equipamentos como moinho de martelo e moinho de bola, além de caracterizar evolução, mostra claramente a falta de pesquisas na área. Essas investigações, naturalmente, poderiam balizar a produção e os investimentos. A

produção estimada do “rabo de bica” gira em torno de 2 gramas de ouro por tonelada de rejeito processada. A estimativa oficial é da retirada de aproximadamente 150 kg por mês, porém existem informações na cidade segundo as quais a extração é de aproximadamente 35 kg/dia, significando receita diária em torno de R\$350.000,00. Esse valor, logicamente, é devidamente injetado na economia do Município, apenas nesse tipo de operação.

III. Investimentos, Custos e Processos Produtivos

O fluxograma de produção do aproveitamento ou reaproveitamento do minério garimpável em Poconé implica no uso de máquinas, tais como caixa de depósito, moinho, centrífuga, bomba d’água e rabo de bica dos rejeitos do reprocessamento. O conjunto de equipamentos necessita de investimentos de acordo com o volume a ser produzido. Esse conjunto de equipamentos tem basicamente três escalas: *os pequenos*, destinados principalmente aos “filãozeiros” e processadores do material retirado dos poços; *os médios*, utilizados pelos processadores de “rabo de bica” e, *os grandes*, que são pouco utilizados na região.

O conjunto de equipamentos considerado grande é capaz de processar entre 100 e 120 cargas de caminhão ou 700 a 900 toneladas de material garimpável por dia de 10 horas de trabalho. Constituído por moinho de 1,05 m, mede entre 0,001 m e 0,005 m entre-grelhas, além de possuir duas centrífugas, moinho de bola, etc.

O chamado conjunto médio é o mais utilizado, sendo produzido no Estado em pelo menos duas empresas em Várzea Grande. O total de vendas dessa máquina teria alcançado mais de 3.000 unidades no período de grande atividade (anos 80). Esse conjunto constitui-se de moinho processador de 60 a 70 cargas, com volume de 420 a 500 toneladas/dia de material garimpável. Esse equipamento demanda investimentos de R\$16.500,00 a R\$20.000,00. O equilíbrio entre receita e despesa gira em torno de 70%, que permite margem bruta de 30%. Nessas estimativas não são considerados os custos de depreciação e os custos financeiros do investimento além dos custos sociais do trabalho. A utilização de energia elétrica, por oportuno, tem causado redução do número de trabalhadores no processo produtivo.

Os moinhos pequenos não processam mais de duas a três cargas diárias (jornada de dez horas de trabalho) por terem apenas 33 cm de largura e 1,50 m de comprimento, com grelhas semelhantes às dos grandes conjuntos. Os moinhos pequenos podem ser carregados pelo garimpeiro e são adquiridos por montante relativamente reduzido.

Há ainda a considerar o moinho de bola. Sua função é realizar o último acabamento no processo de moagem, onde se transformam pedras em pó. O investimento nesse equipamento é de aproximadamente R\$160.000,00. É importante, ademais, se salientar a existência de mercado de material usado e de pequenas oficinas que desenvolvem modificações em máquinas e equipamentos, adequando o equipamento à produção.

O trabalho nesse processo passou a ser assalariado nos últimos anos. Na maior parte dos casos, contudo, as contribuições sociais devidas desses trabalhadores não foram recolhidas ao sistema de previdência e/ou de saúde. Por outro lado, a reposição ambiental continua sendo negligenciada ou mesmo desconhecida.

IV. Apropriação da Renda dos Resíduos pelo Trabalho Realizado

Quando o processo de produção atual utiliza como matérias-primas os resíduos dos garimpos de décadas anteriores, esses restos podem conter trabalhos incorporados no processo anterior e rejeitados por ineficiência técnica. É mesmo possível se afirmar ter ocorrido expropriação parcial do trabalho, anteriormente realizado na forma de parceria, se foi deliberada a formação desse excesso de rejeito, em geral controlada pelo capital.

De fato, no processo atual as relações anteriores são completamente esquecidas. Nele se considera o rejeito como recurso natural e não como matéria-prima do processo de reaproveitamento. É, portanto, necessário se entender a natureza do material rejeitado e a característica do processo em andamento.

O “novo garimpeiro” (como veio a se chamar o capitalista empreendedor do processo anterior de extração) tem certeza da existência de ouro naqueles monturos. Ele não opera com base na sorte, como o

garimpeiro na busca do *bambúrrio*. A apropriação aleatória da parte do garimpeiro se realizou no momento anterior, quando ainda havia incerteza. Em geral se permitiu, naquela relação, a reprodução da força de trabalho, não havendo, dessa maneira, qualquer acumulação. A acumulação estaria nos resíduos, permitindo maior renda ou sobre-renda ao capitalista processador dos rejeitos. Ademais, ter-se-ia maior arrecadação pelo Estado e a existência de reposição ambiental. Permite-se, dessa forma, ao capital manter-se hegemônico, além de ser viabilizada sua reprodução e ampliação. Logo, permite-se com esse procedimento busca de acumulação maior pelo capital, havendo, por conseguinte, alteração nas relações de produção.

Nesta etapa ocorre certo padrão de assalariamento, sem o pagamento dos encargos sociais ou da previdência, dando ao garimpeiro apenas uma situação presente, nem sempre muito feliz. Por outro lado, a estruturação empresarial e as melhores tecnologias empregadas, aliadas à disponibilidade de energia, viabilizam custos menores, comparado ao processo anterior de procedimentos tecnológicos típicos do “novo garimpo”. Eles indicam, além disso, possibilidade de transição no processo produtivo, deixando de ser atividade extrativista predatória para transformar-se, quem sabe, em atividade industrial, implicando, portanto, em maior segurança na acumulação de capital.

Do ponto de vista ambiental pouco há a ser mencionado sobre eventuais mudanças do processo na paisagem degradada ou nos aspectos impactantes sobre o conjunto do meio ambiente físico; aliás, pouco tem sido alterado no processo extrativo no sentido de serem reduzidos ou mitigados os impactos ambientais. A legislação continua proibindo abusos, mas não é respeitada em função das condições anteriores já encontradas.

Na etapa de apuração, em particular, continua se realizando a amalgamação com mercúrio e sem os cuidados necessários à proteção do operador e da população em geral, que são afetados, direta ou indiretamente, pelo mercúrio volatilizado, mais ou menos concentrado. Os níveis de contaminação em geral são considerados baixos por pesquisas realizadas junto aos rios do Pantanal e da Baixada Cuiabana. Os estudos relativos à continuidade das emissões, entretanto, mostram resultados graves na saúde da população.

Acidentes no trabalho ocorrem com alguma frequência, havendo muitos casos de morte acidental por perfuração pelo uso de instrumentos durante as descidas aos poços. Diferentemente do Norte do Estado, na região de Poconé não se têm informações sobre o uso de explosivos. Porém há notícias sobre mortes por asfixia nos poços perfurados, que não apresentam as devidas condições operacionais de trabalho.

Pode-se, outrossim, dizer que houve evolução técnica nas operações do trabalho garimpeiro. Essa evolução caracteriza-se por mudanças no uso de energia, permutada com os motores a óleo Diesel. Em Poconé, onde esse processo é mais evidente, mais de 70% dos mineradores/garimpeiros tem consumo de mais de 400 kWh, com demanda definida mensalmente por contrato. Entre outros elementos, a própria divisão do trabalho revela o caráter industrial dessa atividade, negando, desse modo, a característica manufatureira do garimpo.

V. Relações de Trabalho no Garimpo

A legislação mostra certa estrutura processual e de planejamento para a instalação da atividade garimpeira no Brasil e em Mato Grosso. A realidade mostra relações de produção essencialmente informais e desorganizadas, podendo, assim, ser caracterizadas como relações pré-capitalistas de produção. Nesse contexto, na legislação vigente (Constituição de 1988) a transformação do garimpeiro, historicamente romântico e aventureiro, em marginal na atividade exercida, à guisa do maior aproveitamento dos recursos minerais e da melhor adequação da produção ao meio ambiente, sem dúvida nenhuma, buscou ampliar o excedente usado na capitalização do processo de produção.

VI. Questões Sociais e Culturais no Garimpo

Do ponto de vista social o garimpeiro não aprecia a vida estruturada, organizada. Em decorrência de “fofoca” ou em busca de informação, viaja a pé por mais de 200 km, em terras desconhecidas. A grande maioria dos garimpeiros constitui-se de população essencialmente masculina, que faz do perigo, da valentia e da bravata, valores e condutas praticadas no cotidiano. Nesse sentido, existe o seguinte dito popular

entre os garimpeiros: *Não é possível ganhar novo enquanto não for gasto todo o dinheiro obtido no bambúrrio.*

Evidentemente essa condição mais geral surge em regiões pioneiras, aonde na maioria das vezes, a estrada, signo da civilização e do progresso capitalista, ainda não chegou. Nesses lugares desponta o garimpeiro como a ponta do aríete do capitalismo, desprovido de abastecimentos de alimentos ou de cuidados com a saúde, sem lugar mesmo para sobreviver: essa é sua única justificativa para o seu mal-estar no dia a dia.

É curioso observar no processo produtivo do garimpo, iniciado na extração de substâncias minerais do solo e subsolo, elementos constituintes não identificados “a priori”, em análise que contemple toda extensão do processo. Essa identificação ocorre na etapa seguinte, que é manual ou mecanizada. Essa separação permite obter o minério procurado, ainda de forma impura. O ouro produzido na primeira etapa representou aproximadamente dois a três gramas por tonelada de material garimpável, cujos preços praticados à época (1995) giravam em torno de US\$10,00 por grama. Esse valor viabilizou a atividade. Restou, entretanto, o rejeito.

Conforme entrevista realizada junto aos garimpeiros e observações coletadas em dezembro de 1995, na região de Poconé, os rabos de bica operam com estímulos de órgãos oficiais. Isso permitiria redução no investimento. No reprocessamento dos rejeitos opera-se com tecnologia mais evoluída e, portanto, com aproveitamento mais adequado do ponto de vista do resultado financeiro. Outra razão estaria no processamento insuficiente do capital no momento anterior, refletindo-se no custo e no desperdício.

Os salários mensais dos trabalhadores nessa região são aproximadamente de US\$200,00 a US\$300,00, ou algo em torno de cinco gramas de ouro por semana, sem nenhuma seguridade. Os cuidados com saúde e acidentes de trabalho, que são freqüentes, devido à natureza da atividade, são encaminhados ao posto de saúde da cidade e depois para Capital do Estado, onde passam a fazer parte dos órfãos públicos.

A aposentadoria inexistente. Ela fica a cargo da família e da filantropia. Na região de Poxoréu (MT), em particular, onde a atividade

básica é a extração diamantífera, o problema previdenciário fica a cargo de associação mantida pelos próprios garimpeiros. A sindicalização é praticamente nula.

VII. Migração Populacional na Corrida do Ouro

Mesmo reconhecendo o papel da política governamental no grande movimento populacional ocorrido nos garimpos e sua relação com as questões fundiárias, agrícolas e urbanas, não há como negar a influência do preço de ouro na movimentação populacional ocorrida durante a última década dos oitenta. Esse impacto social pôde ser sentido em todo o Estado de Mato Grosso, especialmente na região da Baixada Cuiabana, onde se pontificou essa atividade, além dos Municípios de Poconé e Nossa Senhora do Livramento.

A corrida ao ouro, como foi chamada pela imprensa da época, foi uma descoberta ocorrida a partir de Cuiabá, em meados da década dos oitenta, na região dos Rios Aricá e Jatobá, a partir de pesquisas empreendidas naquelas regiões. A crise na construção civil devida à conclusão das obras iniciadas ainda na década de 70, como os conjuntos habitacionais do CPA, Tijucal, dentre outros, deixaram desempregados homens e máquinas. Os trabalhadores se deslocaram para o garimpo em busca de trabalho e renda. Eles migraram em busca de alternativas para a atividade das construções públicas e privadas, paralisadas pela mudança da política habitacional e pelas dificuldades provocadas pela dívida externa brasileira, que repercutiu internamente na falta de recursos do setor público para investimentos. Há, ademais, outra corrente de profissionais, atuantes no setor extrativista, que explicita o preço do ouro como principal elemento atrativo para o desenvolvimento da atividade garimpeira na região.

A realidade permite observar preços praticados entre 1986 e 1995, que revela curva com trajetória de preços favorável à oferta do metal. Inicia-se com US\$ 15,00 ao grama, em janeiro de 1986, e chega-se a quase US\$ 30,00 ao grama, no início de 1990, estabilizando-se no segundo semestre de 1990, durante o governo Collor de Melo, entre US\$ 1,50 a US\$ 2,00 ao grama. A partir de então a curva volta a experimentar trajetória de crescimento.

Essa política de preços marcada por forte intervenção governamental, além do aumento de preços internacional, apresentou um quadro, no primeiro momento, de monitoramento das ações da atividade produtiva, na forma de registros, planejamento e financiamento a pesquisas, explicitada em metas publicadas em jornais e artigos da época. Constituiu-se assim a nova atividade, cujos preços crescentes assumiram funções de atração e expulsão às populações. Ela, porém também provocou degradação do meio ambiente físico, além de expandir áreas de ocupação de maneira absolutamente irracional, enriquecer alguns e empobrecer muitos. Ficou ainda saldo de doentes, inválidos e espaços fantasmagóricos, especialmente em regiões pioneiras iniciadas a partir do garimpo como Paranaíta, Alta Floresta, Peixoto Azevedo e Apiacás, dentre outras.

É absolutamente deprimente uma visita a antigas regiões de garimpo, tanto do ponto de vista estético como social. É possível sentir-se a ausência de vida, além de angústias cujos estudos convencionais não conseguem captar.

Esse quadro estabelecia-se com inflação crescente. Durante o governo Sarney, a instabilidade econômica instalada com o Plano Cruzado e a cada fracasso nos planos sucessivos de combate a inflação, indicava-se o ouro, assim como em outros países, como bem pautado pela segurança e que, portanto, deveria ser usado como reserva de valor. Na seqüência, o Plano Collor, ao suprimir as disponibilidades da população, reduzindo-as aos níveis mínimos e, excluir o dinheiro como mediador das transações, permitiu ao ouro atingir suas cotações mais altas e transformar o metal em moeda de troca, agora com liquidez, onde os estoques foram usados de maneira significativa. A insegurança gerada na produção estava em declínio visto que estavam surgindo novas operações de extração. Assim, após a redução dos estoques do metal nas mãos dos trabalhadores do garimpo e da população em geral, o Banco Central do Brasil passou a controlar com maior intensidade as casas compradoras de ouro através de financiamentos aos estabelecimentos comerciais e industriais.

Se, de um lado, os preços do ouro tiveram oscilação acentuada e com conseqüências desastrosas sobre a população, cujos resultados puderam ser sentidos na Capital do Estado de Mato Grosso, de outro

lado, podia-se observar o surgimento de favelas inteiras, decorrentes do abandono do garimpo pela população. Dificilmente essas estatísticas são contempladas nos documentos e análises que abordam esse tema.

VIII. População Garimpeira: O Contingente Envolvido

Os diversos estudos e estatísticas sobre o contingente de garimpeiros envolvidos no processo de extração estão eivados de interesses ideológicos e políticos, portanto não permitem mensuração e interpretação confiáveis.

Diversas fontes dão informações desencontradas. A Cooperativa e o Sindicato dos Garimpeiros do Estado de Mato Grosso realizaram levantamento sobre o assunto. Os dados foram divulgados em seminário em 1995. A Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo de Mato Grosso em conjunto com a FEMA (Fundação Estadual do Meio Ambiente) e a METAMAT (Companhia de Mineração de Mato Grosso) realizaram estudo em 1986. Cada núcleo produtor garimpeiro nas diversas regiões do Estado teria sido investigado. A Cooperaurum (Cooperativa dos Produtores de Ouro de Poconé) informou a um pesquisador sobre o total de garimpeiros que trabalharam em dois momentos: 1985 e 1990 (Pasca, 1995:65). Há também um cadastramento, realizado em 1991 pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), através da CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais).

A estimativa da Cooperativa dos garimpeiros mostra a atividade garimpeira em Poconé com mais de 10.000 trabalhadores. No mesmo período a produção teria sido, segundo o DNPM, de 289 kg/ano. Isso equivale a 28,7 gr/ano por cada trabalhador. Considerando as relações de produção, cuja distribuição se processa com 35% para o trabalhador e 65% para o capitalista, não haveria sobrevivência da atividade. Também a estrutura urbana teria problemas, como teve, mas em níveis muito mais comprometedores. A superestimação procurava dar vazão aos anseios de legalização da atividade “cooperativada” em Poconé em face da quantidade de pessoal envolvido apenas naquela forma de atividade.

Estudos da Secretaria de Desenvolvimento Social do Governo do Estado acredita ter havido em toda a Baixada Cuiabana, em 1986, 1.162

trabalhadores, sendo 635 em Poconé. A divergência de números, portanto, em relação à fonte anteriormente mencionada, é acentuada. Não dispomos do volume de produção de 1986, porém a partir do volume de 1987 pode-se estimar a produção “*per capita*”: 115,6 gr/trabalhador/ano, considerando-se 50 semanas por ano, com remuneração por trabalhador de 2,3 gr por semana. Esse valor é suficiente para o convencimento dos trabalhadores, mas não o é para a remuneração do capital. A informação obtida por órgãos do Estado está, em geral, carregada de receio por tratar-se de órgãos fiscalizadores, como os da Fazenda e os do Meio Ambiente.

O levantamento do Sindicato dos Garimpeiros, realizado em 1989, mostra população de 11.000 trabalhadores na Baixada Cuiabana. Havia produção, segundo o DNPM, de 139,22 kg (oficialmente) e de 375,29 kg (estimado). Podendo ter ocorrido, segundo vozes correntes, a soma das duas informações, significando, nesse caso, 514,51 kg de produto do garimpo. O Sindicato, usualmente, caracteriza-se por mostrar população de garimpeiros maior que a efetiva, com o objetivo de conseguir maior apoio governamental em ações sociais para os garimpeiros. Por outro lado, a sistematização dos dados pode apresentar contagem dupla ou inclusão de populações não envolvidas, devido, sobretudo, a falta de rigor metodológico no levantamento e na apuração dos resultados.

Em 1990 foi também considerado o número da Cooperaurum. De acordo com essa Cooperativa a população nesse ano foi de 5.000 garimpeiros. A produção estimada de ouro, em 1990, foi de 1.833 kg pelo órgão oficial e de 1.420 kg pelas estimativas dos produtores.

O levantamento feito pelo DNPM, em 1991, na verdade realizou cadastramento cujo prêmio foi representado pela oferta de carteira aos garimpeiros. Pouco preocupados com registros e estatísticas cujas informações processadas teriam a mesma credibilidade dos dados públicos da Secretaria de Desenvolvimento Social, os garimpeiros certamente subestimaram os dados. O resultado do cadastramento apresentou população garimpeira de 3.597 profissionais em 1991. Nesse mesmo ano foi produzido oficialmente 2.516,83 kg. Por outro lado, os donos de garimpo afirmaram terem extraído 1.962,96 kg.

Em 1996 houve certo consenso entre a população garimpeira de que Poconé contava com aproximadamente 1.700 trabalhadores na

atividade mineradora, cuja renda em conjunto seria de R\$50.000,00 mensais, para produzir 150 kg de ouro mês, ou seja, 1.800 kg por ano. Os compradores de ouro revelam terem operado 500 kg por mês, ou seja, comercializados 6.000 kg por ano. Os garimpeiros dão informação cujo número seria 750 kg por mês ou 9 toneladas por ano. O destino desse metal seria: parte para as casas de compra local (Poconé) e a maior parte teria vindo para Cuiabá.

IX. A Migração Rural-Urbana e o Inchaço de Poconé com o Garimpo

Para este estudo procedeu-se a levantamento objetivando ter a tendência do processo de urbanização e movimentação das populações no Município de Poconé, ao longo da década de 70 e 80. As informações do Censo Demográfico (FIBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram pontualmente os dados populacionais de 1970, 1980 e 1991. O estudo, todavia, não mostra a dinâmica ao longo das décadas.

A FNS (Fundação Nacional de Saúde) através da SUCAM (Superintendência de Campanhas de Combate a Malária) realizou o borrifamento semestral nas diversas localidades (urbanas e rurais), como forma preventiva para a proteção da população contra a malária. As urbanas foram classificadas como povoados e distritos. As rurais como sítios e fazendas. O controle desses dados serviu como base para o presente estudo.

Este levantamento acompanhou 237 unidades. O universo de informações apresentou, em 1980, 473 casas, em 1985, 516, em 1990, 518 e em 1993, 522 casas. Portanto, ao longo de 14 anos, verificou-se crescimento discreto de 14% no número de casas. Dessa maneira, não há evidência da presença de variação populacional acentuada no Município ao longo do período estudado.

Nessas localidades o número de casas na área urbana mais que triplicou entre 1975 e 1985. Em 1975, houve 755 casas em povoados e distritos atendidas pela FNS. Em 1976, houve crescimento de 7,5% em relação ao ano anterior, apresentando então para borrifação, 812 casas. Em 1977, essas edificações foram de 846, ou seja, 4,18% maior que no ano anterior. Em 1978, teve-se maior crescimento em todo o período

analisado: 120,0%. Em 1979, foram visitadas 1.936 casas, revelando crescimento de 3,86%. Em 1980 o incremento em relação ao ano anterior foi de 63 casas, ou seja, foram contadas pela equipe da malária, 1.999 casas; nesse caso, registrando expansão de 3,2%. Na década de 1980, houve crescimento constante: 2.116 casas em 1981, 2.220 em 1982, 2.203 em 1983 e 2.362 em 1984. Ou seja, entre 1980 e 1984, foi registrado crescimento absoluto de 246 casas ou 11,62% em termos relativos, nos núcleos urbanos.

Foram identificados pela SUCAM, como população moradora, em 1975, algo em torno 2.629 habitantes, no conjunto de 40% dos dados pesquisados. No final do período a população cresceu em 117,91% nessa mesma área, com número absoluto de crescimento de 3.100 habitantes entre 1975 e 1984. O ano de 1976 apresentou 3.137 moradores, ou seja, 19,32% moradores a mais que no ano anterior. O ano de 1977 apresentou 3.997 residentes, registrando, assim, crescimento de 27,41%. Em 1978, o número de moradores foi de 4.861, revelando incremento de contingente populacional de 21,61%. No ano seguinte (1979), a evolução foi de 280 moradores, o que significa aumento em relação ao início do período (1975) de 95,54% e em relação ao ano anterior, de 5,76%. Em 1980, os povoados e distritos apresentaram crescimento de 2,7%, isto é, contavam com 5.280 moradores. Em 1983, esse número alcançou 5.729 moradores.

X. Comentários Finais

O garimpo tem assim amplos aspectos a serem considerados do ponto de vista social e econômico. Dentre eles, realça-se a possibilidade dessa atividade realizar geração de renda informal, da qual a economia do estado de Mato Grosso se recente, quando não está sendo desenvolvida. Ressalta-se que além de informal, o garimpo é uma atividade desprotegida e insegura, oferecendo à população desempregada e despreparada para o trabalho conseqüências cuja mitigação é a manutenção individual e, às vezes, também da sua família.

Em Mato Grosso, como se viu, isso ficou evidente, quando a construção civil e a migração rural na década de setenta exigiram alternativas para o capital e o trabalho, na busca de modernização, trouxeram o desemprego urbano e rural, principalmente para Cuiabá. Para

o trabalhador tratava-se de renda reprodutora do próprio trabalho ou de suas famílias, mas não permitia atingir a miséria absoluta (degradante e imoral). Esse efeito, entretanto, poderia ser maior, caso o perfil do capitalista fosse mais racional e conseqüente. Não era. Era um jogo na maioria dos casos.

Por outro lado, as conseqüências ambientais foram as mais perversas, mesmo com a lei exigindo racionalidade na reposição das condições originalmente encontradas. Lagoas e represas resultaram erodidas devido à interação com a areia da lavagem do minério. Rios e riachos foram contaminados pelo mercúrio. Gases emitidos causaram contaminação e morte. Nas galerias improvisadas existiram mortes prematuras. Ademais, onde seria possível plantar e colher houve a predominância de terrenos com aspecto lunar.

XI. Referências Bibliográficas

AQUINO, Adejã de. *O ouro em Mato Grosso na década de 1980: Estudo da Situação Sócio Econômica dos Garimpeiros e da Substituição da Técnica de Produção dos Garimpos*. 1993. 145 f. (Dissertação de Mestrado) - PUC, São Paulo.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Anuário Mineral Brasileiro*. Brasília: 1983, 1988, 1989 e 1991.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Anuário Mineral Brasileiro*. Boletim de Preços dos bens minerais e produtos metalúrgicos. Brasília: 1999.

ESTADO DE MATO GROSSO. *Avaliação e Controle Ambiental em Áreas de extração de Ouro do Estado de Mato Grosso*. 1986. 26 f. Relatório de Pesquisa. Cuiabá.

FIBGE: *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: Censo Agropecuário de 1970, 1980 e 1991.

FIGUEREDO, Aline A Propósito do Boi. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

PASCA, Dan. *Garimpo e Meio Ambiente*. Cadernos do Neru, nº. 3, p. 32-45, set. 1994.

PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1979.